

Parecer Jurídico 110/2025

Protocolo 42477 Envio em 18/11/2025 15:10:00

Assunto: Projeto de Resolução 10/2025

Trata-se de parecer ao Projeto de Resolução nº 10/2025, de autoria da Mesa Diretora desta Câmara Municipal, na qual *“Dispõe sobre as modalidades licitatórias pregão e concorrência, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns e contratação de obras e serviços de engenharia, no âmbito da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, e dá outras providências.”*

Conforme consta nas justificativas do projeto, o objetivo é regulamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, as modalidades licitatórias de pregão e concorrência na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – a nova Lei de Licitações e Contratos. A adoção dessas modalidades e, prioritariamente, da forma eletrônica, busca conferir maior eficiência, transparência e economicidade aos procedimentos licitatórios realizados pelo Legislativo municipal. A escolha do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns justifica-se pela possibilidade de definir padrões de desempenho e qualidade objetivamente verificáveis, permitindo a competição ampla entre fornecedores e a obtenção do menor preço ou maior desconto. Já a modalidade concorrência é adequada para contratações de bens e serviços especiais, bem como para obras e serviços de engenharia, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa de acordo com critérios técnicos e econômicos.

Nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro*, 17ª Edição, pag. 686,

“Resolução é a deliberação do Plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da Câmara, promulgada por seu presidente. Não é lei, nem simples ato administrativo: é deliberação político-administrativa. Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeitam a sanção e veto do Executivo.”

Trata-se de um ato “interna corporis”, cuja definição está bem expressa por José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra *Manual de Direito Administrativo*, 25ª Edição, pag. 1108, quando diz:

“Atos interna corporis são aqueles praticados dentro da competência interna e exclusiva dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Esses atos, antes de mais nada, tem embasamento constitucional, vale dizer, a competência interna e exclusiva está demarcada na Constituição. Emanam dos referidos Poderes, porque têm eles prerrogativas que lhes são próprias no regular exercício de suas funções. Vejamos um exemplo no caso do Poder Legislativo: as votações e a elaboração de seus regimentos internos (Arts.47, 51,III e 52, XII da C.F.).”

A proposição se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, conforme previsto no art. 60, caput, da LOM c/c art. 208, § 1º, alíneas “e” e “f” do R.I., que dizem:

*“**LOM - Art. 60** - As resoluções, deliberações do Plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e apreciação político-administrativa, para produzirem seus principais efeitos no interior da Câmara, serão promulgadas pelo Presidente da Câmara.*

*“**RI - Art. 208** Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores.*

§ 1º – constitui matéria de Projeto de Resolução:

e) Organização, funcionamento...criação.... de seus serviços....., observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os limites constitucionais;

f) Demais atos de economia interna da Câmara.”

Por fim, o **§ 2º do Art. 208** diz que “A iniciativa dos projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, ...”, se enquadrando, portanto, no quesito iniciativa.

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Resolução é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 18 de novembro de 2025

Mario Roberto Piazza
Procurador Jurídico

